Proc. TC-036.512/2011-7
Tomada de Contas Especial

PARECER

Sobreleva da instrução de peça 98 a informação de que constitui cerne da discussão travada nos autos o desvio de objeto quando da execução do Convênio 665/2005 (Siafi 551494), a não aplicação financeira dos recursos recebidos e as seguintes questões atinentes ao certame:

- a) fuga à modalidade licitatória adequada, tendo a municipalidade optado por dois convites quando deveria ser adotada a modalidade tomada de preços, à luz do art. 23, inciso II, alínea “b”, da Lei 8.666/1993;
- b) propostas com grandes semelhanças gráficas e textuais nos dois convites;
- c) diferentes atos (renúncia coletiva, julgamento, adjudicação, homologação e contratação) com mesma data no Convite 50/2006 (8/12/2006) e no Convite 51/2006 (11/12/2006);
- d) renúncia antecipada e grupal nas duas licitações;
- e) ausência, em ambos os certames, de identificação do representante legal de cada licitante na ata ou em qualquer outro documento;
- f) existência, à época do Convite 50/2006, de interesse profissional entre Washington de Jesus Costa Ribeiro (CPF 805.128.103-97), sócio da licitante Brinfarma Distribuidora Ltda. (CNPJ 05.376.494/0001-27), e João Antônio Martins Bringel (CPF 290.583.413-72), sócio da convidada Suporte Distribuidor Farmacêutico Ltda. (CNPJ 08.422.306/0001-48), visto que os dois integravam o quadro societário da Spectrum Comércio Ltda. (CNPJ 04.628.381/0001-09);
- e
- g) existência, à época do Convite 51/2006, de interesse profissional entre Washington de Jesus Costa Ribeiro (CPF 805.128.103-97), sócio da licitante Brinfarma Distribuidora Ltda. (CNPJ 05.376.494/0001-27), e Antônio Carlos Bringel Machado (CPF 225.490.723-91) e João Antônio Martins Bringel (CPF 290.583.413-72), sócios da convidada Ômega Distribuidor Ltda. (CNPJ 00.136.944/0001-90), já que os três compunham a grade societária da Spectrum Comércio Ltda. (CNPJ 04.628.381/0001-09)

Fica evidente que o repertório de irregularidades retro precisa ser considerado falha formal para que se alcance a proposta alvitrada pela Unidade Técnica de julgar as contas regulares com ressalva, solução que não endossamos.

Consideramos que o desvio de objeto, por ter uma carga de reprovabilidade mediana, não deve ser enquadrado no rol das falhas formais. Não se equipara o desvio a um erro não intencional, porquanto os responsáveis sabem qual é o escopo do objeto conveniado e de modo deliberado optam por comprar outros bens. Na verdade, quando se altera a lista de produtos a serem adquiridos de modo unilateral, os gestores do conveniente terminam por destinar a verba repassada para o custeio de despesas que deveriam ser arcadas pelo orçamento do município, conduta reprovável. Na maioria das vezes, ao se deparar com o tipo de situação trabalhada nestes autos, a solução mais utilizada é a condenação em débito do ente da federação e julgamento pela irregularidade das contas dos gestores com aplicação da multa do art. 58 da Lei 8.443/1992.

Deixamos de propor a citação do município neste momento processual por conta do tempo decorrido, do fato de o valor glosado não ser elevado (R\$ 33.010,60) e da importância ter sido empregada na área de interesse do convênio.

Em relação aos recursos do convênio não terem sido aplicados por um curto prazo de tempo, entendemos que é um ponto que pode ser relevado, mesmo não concordando que se trata de uma

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

falha formal. A rigor, se reconhece a existência de falha formal quando o gestor deve adotar uma certa conduta e a executa de modo não muito apropriado ou escolhe solução não amparada pelas melhores práticas e pelo ordenamento jurídico.

Por fim, ainda que se venha a considerar as questões reproduzidas anteriormente como falhas formais, a quantidade de eventos sugere que as contas devam ser julgadas irregulares. A realização de dois convites em substituição à modalidade tomada de preços, a prática de diversos atos processuais no mesmo dia e a renúncia antecipada e grupal dos interessados são indícios de combinação entre o licitante e os interessados no certame. Deixamos de sugerir a adoção de medidas investigativas tendentes a apurar possível conluio por considerarmos de pouca valia para o resultado final do processo.

Por tudo o que dito, pedimos vênua para desaconselhar o encaminhamento uníssono de julgamento pela regularidade com ressalva das contas alvitado pela Unidade Técnica (peças 98 a 100), para em seu lugar propor que, com fulcro no art. 16, III, “b” e “c”, da Lei 8.443/1992, as contas dos responsáveis relacionados no item “a” da proposta de encaminhamento de peça 98 sejam julgadas irregulares, a fim de aplicar-lhes a multa prevista nos incisos II e III do art. 58 da referida lei.

Novamente, registramos que a glosa de R\$ 33.010,00 constitui dano ao erário resultante de desvio de objeto em função de despesas municipais serem arcadas com recursos federais destinados a outro tipo de gasto. Mesmo assim, não encaminhamos medidas voltadas à reparação dos cofres federais pelas razões apontadas anteriormente.

Ministério Público, em 30 de abril de 2015.

(Assinado Eletronicamente)

Marinus Eduardo De Vries Marsico
Procurador